

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO
Dispensa de Licitação: Cotação Eletrônica
NUP nº : 22001039367202693

UNIDADE CONTRATANTE: EEEP MARIA VIOLETA ARRAES DE ALENCAR GERVAISEAU

1. OBJETO:

1.1. Escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Outros Materiais de Consumo, destinado a atender as necessidades da **EEEP MARIA VIOLETA ARRAES DE ALENCAR GERVAISEAU**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

2.1 A presente aquisição **Outros Materiais de Consumo**, material necessário para as aulas práticas do curso de Estética da EEEP Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau. Desse modo, se faz necessário adquirir o bem ou serviço citado com Aporte de Recursos Financeiros da Portaria de Manutenção 01/2026 de Manutenção.

2.2 Este objeto será realizado através de licitação na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR GRUPO, com a forma de fornecimento INTEGRAL, com fulcro no Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/21.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES:

TABELA 2:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
GRUPO	DESCRIÇÃO DO GRUPO	JUSTIFICATIVA		TOTAL
1	ESTÉTICO	Material necessário para aulas práticas do curso Técnico de Estética		14.998,11
1	1636015 - SHAMPOO, PROFISSIONAL, NEUTRO, TODOS OS TIPOS DE CABELO, BOMBONA 5.0 LITROS - Obs: UNID FORNECIMENTO: BOMBONA 5.0 LITROS	BOM	05	328,30
2	13351010 - CONJUNTO, VENTOSAS, 20 PECAS CONTENDO MATERIAL DOS COPOS DE ACRILICO E UMA BOMBA DE SUCCAO, UNIDADE 1.0 CONJUNTO - Obs:	CON	05	999,95
3	421177 - ESPATULA, PLASTICA AUTOCLAVAVEL, PARA MANIPULACAO DE ALGINATO E GESSO, COM LAMINA LARGA E ARREDONDADA, CABO ANATOMICO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	UND	20	80,00
4	1167797 - CERA PARA DEPILACAO, QUENTE HIDROSSOLUVEL, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMAS - Obs: 03 QUENTE E 07 FRIA. UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMAS	EMB	10	300,00
5	415381 - LAPIS DERMOGRAFICO, PRETO, CAIXA., UNIDADE 1.0 UNIDADE UNID FORNECIMENTO: UNIDADE 1.0 UNIDADE	UND	10	98,90
6	1634112 - PINÇA PARA SOBRANCELHA, PROFISSIONAL, ACO INOX, PINCHADA OU DIAGONAL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	UND	45	400,50

Documento assinado eletronicamente por: ANTONIA CYRA ESMERALDO ARRAIS em 07/05/2026, às 10:54 no órgão local do Estado do Ceará, conforme Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.
 Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código D1FE-BB23-7AEA-5933.

EEMP MARIA VIOLETA ARRAES DE ALENCAR GERVAISEAU

7	1039954 - LAPIS DE OLHO, DELINEADOR, COR PRETA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - Obs: 05 NA COR PRETA; 05 NA COR MARROM. UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	UND	10	120,00	Documento assinado eletronicamente por: ANTONIA CYRA ESMERALDO ARRAIS em 07/05/2026, às 10:54 (horário local do Estado de Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site https://suite.ce.gov.br/validar-documento e informe o código D1FE-BB23-7AEA-5933.
8	10281910 - ESTOJO DE MAQUIAGEM, RETRATIL, MALETA COM ALCA, ESPELHO, BATONS DE BASTAO, BRILHO LABIAL, MASCARA DE CILIOS, DELINEADOR DE OLHOS, DELINEADOR DE LABIOS, PINCEIS DIVERSOS, SOMBRAS 4D CORES VARIADAS, SOMBRAS CREMOSA COM GLITTER, BASES CORRETIVO CREMOSA, PO COMPACTO, BLUSHS, ACRILICO PRETO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - Obs: UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	UND	04	1.000,00	
9	1172713 - ESTOJO DE MAQUIAGEM, PROFISSIONAL, MALETA COM PALETAS DE CORRETIVO, SOMBRA, BLUSH, BATONS, PO, DELINEADOR LIQUIDO, LAPIS PARA OS OLHOS, LAPIS PARA CONTORNO DE BOCA, ILUMINADOR, ESPONJA, PINCEIS PARA APLICACAO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - Obs: UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	UND	04	800,00	
10	1634919 - ILUMINADOR FACIAL, PO HD PARA ROSTO, TONALIDADE VARIADA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	UND	05	165,00	
11	931759 - PO COMPACTO, TONALIDADES VARIADAS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - Obs: PÓ SOLTO 45G. UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	UND	10	277,10	
12	16347710 - TINTA PARA SOBRANCELHA, HENNA, EXTRATO DA PLANTA LAWSONIA INERMES HENNA E MICRO PARTICULAS, CORES VARIADAS, CAIXA 1.0 UNIDADE - Obs: KIT HENNA PARA DESIGN DE SOBRANCELHA, 1 HENNA 1,25G E 1 FIXADOR 10ML, COR CASTANHO ESCURO; COR LOURO. UNID FORNECIMENTO: CAIXA 1.0 UNIDADE	UND	06	192,12	
13	76937 - FIXADOR, MAQUIAGEM, SPRAY, PROFISSIONAL, FRASCO 250.0 MILILITROS - Obs: UNID FORNECIMENTO: FRASCO 250.0 MILILITROS	UND	05	166,40	
14	1634979 - SPRAY FIXADOR, FORTE, CABELOS, EMBALAGEM 400.0 MILILITROS - Obs: UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 400.0 MILILITROS	UND	05	259,50	
15	: 1167830 - CONDICIONADOR, HIDRATAÇÃO REPARADORA, COMPLEXO DE BIOAMINOACIDOS DE QUINOA, ATIVOS NATURAIS, FONTE DE PROTEINAS E AMINOACIDOS, EMBALAGEM 1.0 LITRO - Obs: UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 1.0 LITRO	UND	10	850,00	
16	817567 - MASCARA CAPILAR, PROFISSIONAL, HIDRATAÇÃO PROFUNDA, EMBALAGEM 500.0 MILILITROS - Obs: 03 CABELOS LISOS; 03 CABELOS CACHEADOS. UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 500.0 MILILITROS	UND	10	404,90	
17	1634949 - OLEO, REPARADOR FIOS, PONTAS, FRASCO 100.0 MILILITROS UNID FORNECIMENTO: FRASCO 100.0 MILILITROS	UND	10	110,40	
18	838037 - OLEO, CORPORAL, MASSAGEM PROFISSIONAL, NEUTRO, SEM PERFUME, FRASCO 1.0 LITRO - Obs: UNID FORNECIMENTO: FRASCO 1.0 LITRO	UND	05	315,00	
19	927935 - CREME, MASSAGEM ATIVOS CONSERVANTES ORGANICOS, CAFEINA, COMPLEXO DRENANTE, POTE 1000.0 GRAMAS UNID FORNECIMENTO: POTE 1000.0 GRAMAS	UND	03	174,00	
20	817660 - ESFOLIANTE, PEELING DE HORTELA ILUMINADOR, PROFISSIONAL, EMBALAGEM 220.0 GRAMAS - Obs:	EMB	06	540,00	
21	817746 - PEELING, LUMIX, PROFISSIONAL., EMBALAGEM 120.0 GRAMAS - Obs:	EMB	04	320,00	
22	1272276 - HIDRATANTE, FACIAL, TEXTURA SERUM, HIPOALERGENICO ACOO CALMANTE, SEM PARABENOS, FRAGRANCIAS E CORANTES, PELE SECA, FRASCO 30.0 MILILITROS	UND	08	1.013,04	
23	817680 - MASCARA FACIAL, OURO E CALCIO, PROFISSIONAL, EMBALAGEM 140.0 GRAMAS - Obs:	EMB	08	784,00	
24	928884 - COMPLEXO VITAMINICO, FACIAL, EMBALAGEM 30.0 GRAMAS - Obs:	UND	08	608,00	
25	1167707 - SABONETE, ACOO ANTISSEPTICA, LIQUIDO FACIAL	EMB	10	329,90	

Avenida Teodorico Teles, S/N, São Miguel, Crato – CE, CEP: 63.122-430

Contato: (88) 3521-3685

	EQUILIBRANTE, PELE OLEOSA, MISTAS E ACNEICAS, EXTRATOS DE SALVIA, HAMAMELI, ADSTRINGENTES NATURAIS, EMBALAGEM 500.0 MILILITROS - Obs:				
26	817650 - GEL, LIMPEZA FACIAL PROFISSIONAL, UNIDADE 500.0 GRAMAS - Obs:	UND	08	384,00	
27	833173 - LOCAO, TONICA ADSTRINGENTE, EXTRATO DE HAMAMELIS, ACIDO SALICILICO, FRASCO 500.0 MILILITROS - Obs:	FRA	08	624,00	
28	817670 - LOCAO, TONICA SUAVIZANTE, PROFISSIONAL, EMBALAGEM 500.0 GRAMAS UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 500.0 GRAMAS	FRA	05	497,00	
29	972686 - PROTETOR, SOLAR FPS 60, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	UND	10	280,00	
30	1787445 - ARGILA, MODELAGEM, COR VERMELHA, EMBALAGEM 1.0 QUILOGRAMA - Obs: ARGILA BRANCA 02 ARGILA VERDE 02; ARGILA PRETA 02; ARGILA ROSA 02; ARGILA VERMELHA 02.	EMB	10	248,00	
31	927670 - CREME, EMOLIENTE ATIVOS TRIETANOLAMINA, EMBALAGEM 120.0 GRAMAS - Obs: UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 120.0 GRAMAS	UND	11	748,00	
32	1361378 - CURETA, ACO, DERMATOLOGICA SIMPLES, VAZADA, 3MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - Obs: 03 CURETA ITALIANA DUPLA ALÇA; 03 CURETA EXTRATORA ALEMÃ. UNID FORNECIMENTO: EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	UND	04	410,40	
33	1073478 - LAMINA, BISTURI DESCARTAVEL, Nº 24, ACO INOX OU ACO CARBONO, ISENTA DE REBARBAS E SINAIS DE OXIDACAO, PONTA AFIADA, ADAPTACAO COMPATIVEL AO CABO, PROTECAO NA LAMINA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - Obs:	UND	200,00	60,00	
34	1634834 - ESCOVA PARA CABELO, PROFISSIONAL, CERDAS DE JAVALI, PUNHO BORRACHADO, CORPO CERAMICA, 44MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - Obs:	UND	06	240,00	
35	45292 - PENTE DE CABELO, PLASTICO COM CABO 21 CM, MINIMO 30 DENTES LARGOS E GROSSOS, CAIXA 12.0 UNIDADE UNID FORNECIMENTO: CAIXA 12.0 UNIDADE	CX	02	60,00	
36	1116520 - LOCAO, ULTRASECATIVA PARA PELE ACNEICA, OLEOSA, ATIVOS CANFORA, ENXOFRE, GLICERINA, ACIDO GLICOLICO, ACIDO CITRICO, LATICO ALCACUZ, OLEO DE AVEIA, ZINCO, FRASCO 60.0 MILILITROS - Obs: UNID FORNECIMENTO: FRASCO 60.0 MILILITROS	UND	06	809,70	

3.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 34.450/2021.

3.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

3.4. O estudo da pesquisa de preço é realizada com fundamento no Art. 29, do Decreto Estadual nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, por meio do Mapa de Preço que compõe o Sistema Licitaweb do Portal de Compras da SEPLAG – Secretária do Planejamento e Gestão.

3.5. As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

4. Dotação Orçamentária:

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados na Dotação Orçamentária da Secretaria da Educação:

4.1.1 Funcional Programática:

5. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 14.998,11 (quatorze mil, novecentos e noventa e oito reais e onze centavos)

6. MODALIDADE DE LICITAÇÃO/FUNDAMENTAL LEGAL:

6.1 – Dispensa de Licitação: Cotação Eletrônica.

6.2- Amparo Legal:

6.2.1. Art 75, Inciso II, Lei Nº 14.133, de 21 de abril 2021;

6.2.2. Lei Complementar 123 e suas alterações;

6.2.3. Lei Complementar Nº 288, de 20 de julho de 2022;

6.2.4. Decreto Estadual Nº 35.341, de 09 de março de 2023, alterado pelo Decreto Estadual Nº35.474, de 26 de maio de 2023.

6.2.5. Decreto Estadual 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, alterado pelo 35.475, de 26 de maio de 2023.

6.2.6 Decreto Estadual Nº35.283, de 19 de janeiro de 2023.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

7.1.1 O procedimento será divulgado no Portal de Compras do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e comunicado, por mensagem eletrônica, aos fornecedores registrados no sistema Cadastro de Fornecedoros do Estado, no correspondente ramo de atividade que se pretende contratar;

7.1.2 No Termo de Participação deverá constar a identificação do Promotor da Cotação Eletrônica, a especificação do objeto da contratação, as quantidades requeridas, as condições de contratação, o regime de execução, o endereço para acesso ao procedimento eletrônico, as datas, horários e prazos para realização das etapas do procedimento, as condições de participação, o prazo e o local de entrega, as regras, os prazos e condições de pagamento;

7.1.3 O fornecedor interessado em participar da cotação eletrônica deverá estar previamente inscrito no Cadastro de Fornecedoros do Estado e acessar o sistema mediante identificação do usuário e a respectiva senha privativa do representante de cadastro;

7.1.4 Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração serão os de menor preço conforme dispuser o Termo de Participação;

7.1.5 O fornecedor deverá enviar suas propostas de preço, utilizando, para tanto, exclusivamente o sistema eletrônico, em período previsto no Termo de Participação, sendo considerada inválida a proposta apresentada por quaisquer outros meios estranhos a este;

7.1.6 Durante o período de recebimento das propostas, o menor preço ofertado estará sempre disponível para conhecimento público em tempo real, vedada a identificação do fornecedor;

7.1.7 A proposta de preço com validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada pelos fornecedores em moeda corrente nacional, com a unidade de fornecimento solicitada em cada item, de apenas uma marca, no caso de bem ou material;

8.3. As empresas que desejarem se enquadrar nos benefícios do tratamento jurídico diferenciado, nos termos da art. 42 ao art. 49 Lei complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 deverão apresentar declaração de que cumprem os requisitos legais para qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas, que não possuem nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, alterada pela Lei 147/2013 e Lei complementar 155/2016, e em conformidade do Decreto Federal 8.538/2015.

8.3.1 As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas que não apresentarem a declaração prevista no subitem 3.2. poderão participar, normalmente, do certame, porém em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime. **APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENA PORTE.**

8.3.2. Apresentar Declaração que não emprega menor comprovando o fiel cumprimento das recomendações trazidas pelo art. 7º da Constituição Federal, inciso XXXIII, isto é, que não utiliza trabalho de menores de 18 (dezoito) anos na execução de serviços perigosos ou insalubres, nem de menores de 16 (dezesseis) anos para trabalho de qualquer natureza, de acordo com o **APÊNDICE B – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO TRABALHISTA DO MENOR.**

8.3.3 A não apresentação de autodeclarações formais e/ou termos de compromissos exigidos não implicará na desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Administração mediante diligência, conceder o prazo de 24 horas para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade e com fulcro no Art 6 do Decreto Estadual 35.341/23.

9. DA HABILITAÇÃO

Caberá ao fornecedor, interessado em participar da cotação eletrônica:

9.1 Inscrever-se no Cadastro de Fornecedores do Estado para obtenção de usuário e senha de acesso ao sistema de cotação eletrônica;

9.1.2 Declarar em campo próprio o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do Termo de Participação;

9.1.3 Acompanhar as operações no sistema durante o período previsto para o recebimento de propostas, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas ou de desconexão com o sistema por qualquer motivo, não cabendo ao provedor do sistema nem ao Promotor da Cotação Eletrônica qualquer tipo de responsabilização;

9.1.4 Responsabilizar-se pelas transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive, os riscos inerentes ao uso indevido de sua senha de acesso.

9.1.4.1 O acesso ao sistema implica a responsabilidade legal do fornecedor, ou seu representante e na presunção de sua capacidade técnica e jurídica para participação do procedimento da cotação eletrônica.

9.1.4.2 A utilização do usuário e senha de acesso de que trata o item 10.2.4.1 deste Termo de referência será de responsabilidade exclusiva do fornecedor, incluindo qualquer transação efetuada por ele ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema nem ao Promotor da Cotação Eletrônica responsabilidade por **eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.**

9.1.5 Executar o objeto da contratação em conformidade com este Termo de Referência/termo de Participação e seus anexos.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA:

10.1 O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo, no prazo de 05 (cinco) dias, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, com entrega IMEDIATA.

10.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, deverá comunicar as razões motivadoras com pelo menos 02 (dois) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

10.3 Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados em até 02 (dois) dias úteis antes do prazo de entrega, e aceito pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

10.4 Os bens que apresentarem vício ou defeito no ato da entrega deverão ser substituídas, por outros novos de primeiro uso, e originais.

10.4.1 Uma vez notificado, o contratado realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação ao contratado, mantendo os mesmos padrões e qualidade e desempenho iguais ou superiores.

10.4.2 No prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

11. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DOS BENS E DE PAGAMENTO:

11.1. Recebimento do Objeto:

11.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento equivalente ao contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo, no termo de participação e na proposta.

11.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo, no termo de participação e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3. O recebimento definitivo será considerado efetivado após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequentemente aceitação do gestor do contrato no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, juntamente com a documentação de regularização fiscal, trabalhista e social.

11.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, mediante aceite da unidade gestora quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Liquidação das Despesas:

12.2.1 Para fins de liquidação, a **EEEP MARIA VIOLETA ARRAES DE ALENCAR GERVAISEAU** deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou instrumento equivalente e da Unidade Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar.
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.2.1.1 Serão necessários os seguintes documentos para liquidação da despesas:

- a) Ofício da contratada, solicitando pagamento da despesa executada;
- b) Cadastro de Fornecedores do Estado – CRC regularizado no ato da liquidação;
- c) Certidões de regularidade válidas providenciaria, trabalhista e social;
- d) Comprovante que a contratada é optante pelo Simples Nacional;

*Comentário: O tópico 7.2.1.1, **alínea “d”** deverá ser apresentado nos casos em que a contratada é optante ao Simples Nacional.*

Comentário: No ato da liquidação, o CRC poderá substituir todas as certidões, desde que todas estejam válidas. No caso de alguma certidão com data vencida/irregular o CRC não poderá ser aceito.

12.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e social, conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3.1 A situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização fiscal, trabalhista e social. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13. Prazo de pagamento:

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da finalização da liquidação da despesa.

13.2. Forma de pagamento:

13.2.1 O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no **Banco Bradesco S/A**, conforme Lei nº 15.241/2012.

13.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14. Antecipação de pagamento:

14.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com esse instrumento e seus anexos;

- 15.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;
- 15.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 15.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pelo contratado;
- 15.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- 15.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;
- 15.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;
- 15.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.
- 15.9. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 16.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 16.1.1. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 16.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 16.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 16.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 16.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 16.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 16.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 16.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 16.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

16.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

16.1.11. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

16.1.12. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

16.1.13. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1 A execução do objeto será fiscalizada por agente designado pelo núcleo gestor da CREDE, SEFOR ou ESCOLA, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 43 a 52 do Decreto Estadual 35.322 de 28 de fevereiro de 2023 e suas alterações.

18. PRAZO DE EXECUÇÃO

18.1 O prazo de execução do objeto é de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da nota de empenho e da ordem de compra.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no § 5º, do art. 90, da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

19.1.1. Em se tratando da sanção de impedimento de licitar ou contratar e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública existe previsão expressa de que a instauração de processo de responsabilização será por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, devendo o gestor formalizar tal requerimento à Comissão, em conformidade com o previsto no Art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, e Art. 45, inciso X, do Decreto Estadual nº 35.322/23, e suas alterações.

19.2 O fornecedor que não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do fornecimento estará sujeito às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo do eventual cancelamento da Ordem de Compra ou de Serviço ou da Nota de Empenho.

19.3. Se o fornecedor inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeito às sanções previstas no inciso IV, do art. 104, e no art. 162, da Lei Federal nº 14.133/21, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

19.3.1 Pelo atraso na entrega do material ou serviço em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do bem/serviço não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem/serviço;

19.3.2 Pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material ou serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do bem;

19.3.3 Pela demora em substituir o material ou serviço rejeitado, a contar do segundo dia da data de notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do bem/serviço recusado, por dia decorrido;

Documento assinado eletronicamente em 10/06/2023 às 10:54 (horário local do Ceará) no endereço eletrônico: ANTONIO CYRILLO FERREIRA DE ARAUJO, CPF nº 097.008.097, de acordo com o art. 10º, inciso I, do Decreto nº 35.322/23, e suas alterações. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código DIFE-BB23-7AEA-5933.

19.3.4 Pela recusa da Contratada em substituir o material ou serviço rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material ou serviço rejeitado;

19.3.5 Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Termo de Participação ou no instrumento convocatório e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

19.4. As multas estabelecidas no item 13.3 podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

19.4.1 As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à contratada, ou efetuada a sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Estado, ou por qualquer forma prevista em lei.

19.5 A Contratada estará obrigada a efetuar, a qualquer tempo, a substituição do material ou serviço rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes do Termo de Participação, independentemente da quantidade rejeitada.

_____, _____ DE _____ DE _____.

Antonia Cyra Esmeraldo Arrais
Matrícula: 01968513

APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENA PORTE.

(INSERIR DENOMINAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA), inscrita no CNPJ n.º **(INSERIR NÚMERO COMPLETO DO CNPJ DA EMPRESA)**, sediada a rua _____, para efeito de participação no referido processo de Cotação Eletrônica, vem **DECLARAR**, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **MICROEMPRESA - ME** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**, conforme art. 3º da **Lei Complementar Nº 123/2006** e que no que está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º desse artigo, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido nos **Arts. 42 a 49 da mencionada Lei, com as alterações da Lei Complementar Nº 147/2014.**

(INFORMAR MUNICÍPIO), (CE) em **(DIA)**, **(MÊS)** de **(ANO)**.

(INFORMAR NOME COMPLETO E RESPECTIVA ASSINATURA)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

APÊNDICE B – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

À **(INFORMAR NOME COMPLETO DA UNIDADE ESCOLAR)** – CE

DECLARAÇÃO

(INSERIR DENOMINAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA), inscrita no CNPJ n.º **(INSERIR NÚMERO COMPLETO DO CNPJ DA EMPRESA)**, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) **(INFORMAR NOME COMPLETO)**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º **(INFORMAR NÚMERO DO RG)** e do CPF n.º **(INFORMAR NÚMERO DO CPF)**, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68 da Lei nº 14.133/21, bem como inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(INFORMAR MUNICÍPIO), (CE) em **(DIA)**, **(MÊS)** de **(ANO)**.

(INFORMAR NOME COMPLETO E RESPECTIVA ASSINATURA)
 REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA